

O CARÁTER OLIGÁRQUICO DA PASSAGEM DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA NO BRASIL

Lays Hesse Andrade Silva¹

RESUMO

Este artigo visa discorrer sobre ao caráter oligárquico da passagem do Império para a República no Brasil. Dando enfoque à participação dos militares no golpe de 15 de novembro de 1889 e no processo de transição, para a manutenção da ordem social. Nessa análise, aponta-se três eixos principais: as modificações socioeconômicas durante do Segundo Reinado, com o surgimento de uma nova hegemonia financeira no país, o Oeste Paulista, os conflitos entre a elite agrária arcaica e essa nova oligarquia cafeeira e a Proclamação da República como elemento final para a tomada do poder pelo Oeste Paulista.

PALAVRAS-CHAVE: proclamação da república; república velha; oeste paulista; oligarquia cafeeira paulista.

1. INTRODUÇÃO

O Segundo Reinado do Império brasileiro (1840-1889) foi marcado por diversas transformações econômicas e sociais. A expansão ferroviária, o início do processo de urbanização, as primeiras experiências de trabalho livre imigrante e a ascensão de uma nova classe economicamente hegemônica, o grande capital cafeeiro do Oeste Paulista², foram os principais marcos desse período. Essas modificações resultaram em uma instabilidade das bases monárquicas, que se sustentavam no trabalho escravo e nas velhas oligarquias latifundiárias.

Apesar de deter a hegemonia financeira, o Oeste Paulista não dispunha de influências políticas tão expressivas. Sendo assim, vendo a sustentação do Império de D. Pedro II ruir, o movimento republicano, liderado e patrocinado pela oligarquia cafeeira de São Paulo, juntamente com as forças militares, dá o golpe final na monarquia e, no dia 15 de novembro de 1889, instauram o regime republicano no país.

¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Economia/Ufes). E-mail: layshesse@gmail.com.

² Daqui para frente trata-se grande capital cafeeiro, oligarquia cafeeira e Oeste Paulista como sinônimos.

Este artigo tem como objetivo mostrar que a passagem do Império para a República foi, para além de um resultado de inconsistências dos pilares da monarquia, necessário para dar não somente soberania econômica, mas transformar a ascendente oligarquia cafeeira paulista em uma potência política, tendo grande influência na administração pública e na realização de políticas econômicas.

O artigo se divide em três partes. Primeiramente, há uma breve exposição das modificações socioeconômicas durante o período de reinado de D. Pedro II, mostrando a formação de uma nova dinâmica no país e o surgimento do Oeste Paulista como hegemonia financeira. Logo após, são colocados os conflitos entre a elite agrária arcaica³ e a nova oligarquia cafeeira em relação à influência política no Segundo Reinado. Por fim, mostra-se como a Proclamação da República colocou-se como necessária para que o Oeste Paulista tomasse as rédeas da administração pública e se convertesse em hegemonia político-econômica no Brasil.

2. TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS NO SEGUNDO REINADO

Ao longo de todo o Segundo Reinado do Império brasileiro (1840-1889), as mudanças econômicas e sociais foram constantes. A inserção do novo país no comércio internacional, já em décadas anteriores, tirando-o das sombras de Portugal, colocando-o em relação direta com potências industriais - principalmente a Inglaterra -, afetou profundamente a conformação socioeconômica brasileira (PRADO JR, 1945) e as bases em que o Império se estruturava⁴. A entrada de capital internacional, um dos primeiros fatores dessas transformações, financiou a construção de ferrovias, que tornou a produção do café mais rentável e impulsionou a expansão das lavouras, especialmente no estado de São Paulo (CANO, 2002).

Além disso, houve em diversas fazendas paulistas, por conta desse processo, a introdução de maquinaria nas plantações e no sistema de beneficiamento do café, diminuindo o custo com mão de obra e aumentando a produtividade e os lucros (CANO, 2002). Nesse período, o governo inglês, especificamente em 1845⁵, decretou a proibição do tráfico negreiro marítimo, o que deu início a uma nova fase do país. A produção cafeeira, setor de grande rendimento no período, teve que encontrar novas formas de se manter para além do sistema escravista. Nas lavouras cafeeiras mais

³ Entende-se elite agrária arcaica, Vale do Paraíba, fazendeiros do Vale e lavoura como sinônimos.

⁴ Segundo Cardoso (2006), o Império brasileiro se estruturava sobre bases escravistas e latifundiárias e, com as mudanças sociais nas décadas finais da monarquia, a decomposição dessas bases, principalmente a escravocrata, abalaram fortemente a instituição monárquica.

⁵ Em 8 de agosto de 1845, o governo inglês promulgou o *Slave Trade Suppression Act*, conhecido como Bill Aberdeen, que proibia o tráfico marítimo de escravos e permitia o aprisionamento de navios suspeitos, sujeitando os infratores à julgamento perante tribunais ingleses (PRADO JR, 1945).

dinamizadas, o trabalho livre imigrante foi posto como uma das possíveis soluções para o problema de mão de obra (DA COSTA, 1998).

Ademais, o crescimento populacional neste período foi exponencial, tanto por conta de fatores internos, quanto pela política de incentivo à imigração por parte dos fazendeiros do Oeste Paulista. Isso aconteceu concomitantemente ao processo de urbanização em algumas regiões, que observavam o aparecimento, mesmo que embrionário, de um mercado interno e novos empreendimentos fora das fazendas (CARDOSO, 2006). Essa dinâmica permitiu a ascensão de um grupo dominante distinto, que, além de obter rendimentos com a lavoura de café, financiava produções em constante crescimento, como ferrovias, sistema bancário, serviços urbanos e setores industriais (CARDOSO, 2006; PERISSINOTTO, 1994).

O encarecimento da mão de obra escrava e a queda da produtividade do solo foram fatais para as lavouras de café do Vale do Paraíba. Por um lado, os fazendeiros da região eram muito ligados ao processo tradicional, com trabalho escravo, por outro, a baixa produtividade fazia com que os lucros não fossem suficientes para oferecerem salários competitivos ao trabalho livre imigrante, que já estava sendo aderido pelos representantes do grande capital cafeeiro paulista⁶ (DA COSTA, 1998).

As divergências entre os setores “arcaicos”, representados pelos fazendeiros das lavouras do Vale, e os setores “progressistas”, representados pelo Oeste Paulista e as classes urbanas, eram profundas. As contradições entre eles ficavam ainda mais fortes com o passar do tempo, sendo a questão principal a incapacidade de modernização por parte dos fazendeiros do Vale, tanto em relação à mecanização da produção, quanto em relação à mão de obra. (DA COSTA, 1998).

Com isso, surgiram, por parte dessas novas categorias econômicas, diferentes interesses na realização de política econômica, muitas vezes conflitantes com os defendidos pela elite agrária, maioria no Parlamento à época. Isso gerava um enorme descontentamento nos representantes das classes nascentes pois, apesar de possuírem força econômica, não exerciam força política no regime imperial (DA COSTA, 1998).

3. CONFLITOS ENTRE A ELITE AGRÁRIA ARCAICA E O OESTE PAULISTA

⁶ O grande capital cafeeiro desenvolveu um sistema comercial relativamente avançado, visto que, além da relação com a lavoura, a prévia acumulação de capital favoreceu o escoamento de investimento para outras áreas: ferrovias, sistema de crédito, serviços urbanos, entre outros. E a origem do grande capital cafeeiro é anterior às plantações de café. Seu processo de acumulação de capital pode ser explicado por características rural e mercantil. A origem mercantil está nos tropeiros e se pauta no comércio de gado, escravos e açúcar e a origem rural advém da lavoura canieira (PERISSINOTTO, 1994).

Analisando as transformações econômicas e sociais que aconteceram durante a segunda metade do século XIX, percebe-se que essas mudanças resultaram no aparecimento de uma série de aspirações novas, que provocaram numerosos conflitos (DA COSTA, 1998). As discordâncias entre a elite agrária - representada pelos fazendeiros do Vale do Paraíba e os barões de engenho de açúcar - e o grande capital cafeeiro eram constantes. Havia uma grande dificuldade de convergir os interesses de ambas as frações de classe. No entanto, os setores majoritariamente agrários acabavam tendo prioridade na realização das políticas, por representarem maioria no Parlamento (DA COSTA, 1998).

Nesse período,

Os meios industriais pleiteavam uma política protecionista, nem sempre aprovada pela lavoura mais tradicional. Os fazendeiros do Oeste Paulista almejavam uma política favorável à imigração. Já os senhores de engenho ou fazendeiros das áreas mais tradicionais, que ainda dispunham de numerosos escravos, eram contrários a essa orientação preferindo estimular a criação de núcleos coloniais. (DA COSTA, 1998, p. 469)

A incompatibilidade das preferências das frações de classe - grande capital cafeeiro e lavoura - em relação à política cambial tornou-se um dos principais conflitos entre elas. Como a pauta de investimentos do grande capital cafeeiro era mais variada e com mais influência de capital internacional, havia interesse em manter o câmbio valorizado. Todavia, a lavoura, que focava sua produção amplamente na exportação de café, desejava que o câmbio se desvalorizasse, porque, além de conseguir manter rendimentos em tempos de baixos preços da saca no mercado externo, o custo de produção era reduzido (PERISSINOTTO, 1994).

Além disso, os mais interessados em estimular a imigração encontravam dificuldades em atrair e manter os europeus no país muito pelo fato de a religião católica ser a oficial do Império. Com isso, esse setor defendia a separação entre Estado e Igreja. Outra questão posta é a insatisfação das camadas urbanas com as políticas imperiais relacionadas às necessidades da cidade - iluminação, transporte, ampliação de redes de esgoto, abastecimento de gás, etc⁷ (DA COSTA, 1998).

Ao mesmo tempo em que os novos empreendimentos pleiteavam seu espaço nas prioridades do Parlamento, a elite agrária arcaica se encontrava em uma crise profunda. Isso porque,

Cafezais [do Vale do Paraíba] que outrora haviam produzido cem, duzentas e até mais arrobas de café, beneficiado, por mil pés, não rendiam mais do que cinquenta. A baixa produtividade condenava-os ao abandono e decrepitude. Em 1883, calculava-se que a

⁷ Os adeptos à mão de obra imigrante também viam com maus olhos a falta de investimento nos setores urbanos, porque a falta de desenvolvimento das cidades também desestimulava a vinda dos estrangeiros (DA COSTA, 1966).

dívida total da lavoura cafeeira no Império montava a trezentos mil contos, recaindo a maior parte sobre as fazendas do Vale do Paraíba, onde 50% dos proprietários encontravam-se em situação deficitária e sem perspectivas de recuperação. (DA COSTA, 1998, p. 468)

Fatores como a escassez e o encarecimento da mão de obra escrava e o baixo desenvolvimento do sistema de crédito dificultavam ainda mais a situação dos fazendeiros da lavoura, que não conseguiam melhorar seu sistema de produção por não possuírem capitais e não conseguirem acumular capital próprio suficiente por conta da baixa produtividade (PERISSINOTTO, 1994).

Essa realidade fortaleceu ainda mais o Oeste Paulista, que, pela acumulação prévia de capitais, conseguiu expandir seus investimentos, mecanizar a produção de café e introduzir o trabalho livre imigrante (DA COSTA, 1998). Por isso, à medida em que o poder econômico dos setores mais progressistas foi crescendo, as divergências desses com os setores mais arcaicos, incapazes de seguirem os passos da modernização, as contradições de interesses entre os grupos se agravaram (DA COSTA, 1998). Tudo isso somava-se às incertezas que o Oeste Paulista tinha em relação ao poder moderador, que, mesmo não tendo sido amplamente utilizado por D. Pedro II, transformava-o, de certa forma, em um monarca absolutista (CARDOSO, 2006). Naquele momento, a centralização do poder imperial não era aprovada por boa parte da opinião pública, que considerava-a um obstáculo para o desenvolvimento do país. Dessa forma, a solução encontrada pelas classes que se sentiam preteridas pelas políticas imperiais foi a dos ideais federalistas (DA COSTA, 1998; SODRÉ, 1939).

Em 1870, representantes dos setores progressistas publicaram o Manifesto Republicano de 1870⁸ e fundaram o Partido Republicano Paulista (PRP). As ideias defendidas no Manifesto eram de caráter federalista e a principal justificativa para essa autonomia provincial era a dificuldade de o poder central administrar uniformemente regiões tão distintas e longínquas (DA COSTA, 1998). O fato de o estado de São Paulo ser um dos maiores contribuintes da receita do Estado⁹ e não

⁸ “O Manifesto de 1870 reflete a evidência da desagregação do regime monárquico no Brasil. O seu aparecimento é fruto de um processo cujas raízes encontram-se nos ideais que nortearam as primeiras manifestações libertárias em terras brasileiras.” (PESSOA, 1970, p.1)

⁹ “A província de São Paulo pagava ao governo geral cerca de 20.000.000\$000 por ano, dele recebendo apenas 3.000.000\$000. A injustiça era tanto mais flagrante quanto a província de São Paulo contribuía com a sexta parte da renda total do Império. Só a alfândega de Santos, em três meses, com- pensava toda a despesa que o governo geral fazia com os paulistas durante o ano. A arrecadação das Câmaras Municipais de São Paulo era superior à média das rendas das províncias do norte do Império, excetuando-se Pernambuco, Bahia, Pará, Alagoas e Maranhão, e correspondia a quase o quádruplo da renda provincial do Espírito Santo. A renda do município de São Paulo ex- cedia, segundo seus cálculos, ela sozinha, à renda da província do Piauí.” (DA COSTA, 1998, p. 475)

usufruírem politicamente desta posição, também foi um fator essencial para o surgimento do PRP e sua aderência ao movimento federalista (DA COSTA, 1998).

Observando os quadros políticos do império, São Paulo não ocupava um espaço tão significativo no Parlamento, na verdade, estava equiparado, em número de cargos, a estados sem muita expressividade econômica¹⁰ (DA COSTA, 1998). Esse cenário mostra que o regime vigente deixou de atender necessidades de uma importante parcela da classe dominante, que tinha poder suficiente para se rebelar e expressar seu descontentamento (SODRÉ, 1962).

Na década de 1880, em São Paulo, iniciou-se um movimento de divulgação dos ideais federalistas, republicanos e, muitas vezes, separatistas por parte da imprensa e de grupos de artistas, mostrando todas as problemáticas envolvendo o estado de São Paulo e o regime imperial e os benefícios de haver uma separação em relação ao poder central da Coroa (DA COSTA, 1998). Com isso,

O ano de 1887 inaugura-se com uma série de artigos, panfletos e livros pregando o separatismo. As divergências surgidas a propósito da abolição da escravatura, as questões referentes à imigração, o desejo de dispor livremente das verbas arrecadadas na província, a impressão de progresso, tudo isso criava no Oeste Paulista uma situação propícia ao desenvolvimento do espírito separatista e o movimento recrudescia. (DA COSTA, 1998, p. 476)

Na visão de Emília Viotti da Costa (1998), toda essa propaganda que se desenvolveu após a publicação do Manifesto Republicano de 1870 e a fundação do PRP contribuiu para desequilibrar ainda mais as bases do Império e preparou a opinião pública para aceitar de forma mais fácil a transição posterior para o modelo republicano.

4. A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A ASCENSÃO DE UMA NOVA ELITE POLÍTICO-ECONÔMICA

Há relatos de revoltas de caráter republicanos desde o Brasil Colônia e durante toda a vigência do Império no Brasil. Entretanto, segundo Sodré (1962), todos os movimentos anteriores à

¹⁰ “Observando os quadros políticos do Império verifica-se que, em 1889, entre os senadores, apenas três, num total de 59, provinham de São Paulo: o barão de Souza Queiroz, nomeado em 1848; Joaquim Floriano de Godoi, nomeado em 1872; e, finalmente, Antônio da Silva Prado, que se tornou senador em 1887. O número de senadores paulistas equivalia ao do Pará, enquanto Sergipe, Alagoas, Paraíba tinham dois; Bahia, seis; Minas contava dez; Pernambuco, seis; e Rio de Janeiro, cinco. São Paulo tinha na Câmara dos Deputados uma bancada composta de nove deputados, enquanto Ceará dava oito deputados; Pernambuco, treze; Bahia, quatorze; município da Corte e Rio de Janeiro, doze; Minas Gerais, vinte. Analisando os componentes dos ministérios verifica-se igualmente que foram raros os representantes do Oeste Paulista que figuraram como ministros. O mesmo se observa no Conselho de Estado, onde predominavam representantes de outras regiões, principalmente do Vale do Paraíba, Minas, Bahia e Rio Grande do Sul.” (DA COSTA, 1998, p. 473)

Proclamação da República foram organizados pela camada média da época. O apoio das camadas populares não era suficiente para fortalecer as conjurações, principalmente porque, naqueles tempos, não existia uma população tão desenvolvida no sentido de força política no Brasil. Sendo assim, não conseguiram alcançar seus objetivos e, em muitos dos casos, sofrendo fortes repressões por parte do Estado.

Assim,

Quando poderia, então, ocorrer mudança de regime, no Brasil? Quando a classe dominante de senhores de terras se enfraquecesse, ou quando se fracionasse, — de qualquer forma: quando ela se interessasse pela mudança, no todo ou em parte. O enfraquecimento teria de ser relativo, isto é, no confronto com as outras classes ou camadas sociais, ou no fracionamento que dividisse a própria classe dominante, permitindo que uma de suas frações se compusesse com outras classes ou camadas. (SODRÉ, 1962, p. 294)

Na visão do Oeste Paulista, ao final do século XIX, o Império passou a representar um estrutura arcaica, sem condições de vigência nos moldes necessários para eles, que desejavam autonomia e não se satisfaziam mais com a ordem imperial. Desse modo, é perceptível a obsolescência do Estado, que não condizia mais com a realidade política e econômica do período (SODRÉ, 1962). Em outras palavras, a manutenção dos interesses da classe economicamente hegemônica no Brasil só seria possível com a queda do Império e a ascensão de um novo modelo político.

Entretanto, a queda do Império só foi possível uma vez que, assistindo o enfraquecimento e oscilações das bases monárquicas, o movimento republicano conseguiu se apropriar e tomar a direção da coisa pública (SODRÉ, 1962). Para assimilar esse movimento, é necessário entender que não era somente o Oeste Paulista que mantinha uma relação conflituosa com a Coroa. As chamadas “Questão Religiosa” e “Questão Militar”, além das inconsonâncias entre as políticas de D. Pedro II e os anseios da população urbana, mostraram que existiam outras camadas insatisfeitas com o regime imperial (CARDOSO, 2006).

A mais significativa para entender o fim da monarquia e a Proclamação da República é a “Questão Militar”. Após as guerras do Prata e do Paraguai e os estudos positivistas implantados nas patentes mais baixas do exército, os militares começaram a se colocar como superiores às instituições políticas, entendendo que somente eles conseguiriam salvar a pátria, a partir de uma missão salvadora para corrigir os vícios da organização política e social do país (CARDOSO, 2006; DA COSTA, 1998). Nesse contexto, “generalizara-se entre os militares a convicção de que só os homens de farda eram “puros” e “patriotas”, ao passo que os civis, “os casacas”, como diziam, eram

corruptos, venais e sem nenhum sentimento patriótico” (DA COSTA, 1998, p. 484). Um elemento muito significativo para ilustrar o sentimento militar no período é o trecho da carta escrita por Floriano Peixoto¹¹ ao General Neiva em 1887:

Fato único, que prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e que muito necessita a ditadura militar para expurgá-la. Como liberal, que sou, não posso querer para o meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social, que, como o nosso, está corrompido. (PEIXOTO, 1887 apud CARDOSO, 2006, p. 34)

De acordo com Emília Viotti da Costa (1998), havia um sentimento de frustração e desprestígio dos militares em relação ao governo, favorecendo um atitudes de revoltas e indisciplina. O exército se integrou ao movimento abolicionista, gerando ainda mais pressão a uma das bases da monarquia brasileira. Apesar disso, os militares não eram forças revolucionárias, apenas desejavam modificar o sistema político para a realização de reformas, no sentido de “purificar” as instituições (CARDOSO, 2006). Esse ambiente favoreceu a aproximação do Partido Republicano, que apoiou amplamente o movimento militar contra o Império (CARDOSO, 2006; DA COSTA, 1998; SODRÉ 1962).

Outro grupo que conflitava com a Coroa era a camada média urbana - composta por integrantes do exército, magistrados, trabalhadores urbanos, entre outros - que tinha uma proximidade maior com os representantes do Oeste Paulista, especialmente pelo fato de a cidade de São Paulo já ser o maior centro urbano do país na época e as atividades para além da lavoura serem concentradas nela (DA COSTA, 1998). Dessa forma, as propagandas republicanas conseguiram, em alguma medida, cativar a camada média da população que se sentia desamparada pelo poder central (DA COSTA, 1998).

Assim, em 15 de novembro de 1889, através de um golpe militar apoiado pelo Oeste Paulista, foi proclamada a república no Brasil. Entende-se que

O movimento resultou da conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. (DA COSTA, 1998, p. 489)

O Partido Republicano Paulista, desde sua fundação, nunca foi muito difundido, apesar da importância econômica do Oeste Paulista (DA COSTA, 1998; SODRÉ, 1939). No entanto, vendo as forças imperiais ruírem e as camadas sociais se voltando contra o regime monárquico, os

¹¹ Marechal Floriano Peixoto, também conhecido como Marechal de Ferro, foi um dos líderes do Golpe de 15 de Novembro, que proclamou a república no Brasil e, posteriormente, tornou-se o segundo presidente do Brasil.

republicanos paulistas foram capazes de aproveitar o momento e patrocinar a queda do imperador e se inserirem na nova República (SODRÉ, 1939). Por conta disso, pode-se dizer que

o partido republicano não venceu o império. Colheu-o. Não o derrubou. Penetrou num edifício arruinado. Não o destruiu. Assistiu seu desmoronamento. Consumada a catástrofe, limitou-se a tomar posse da direção da coisa pública. Como um exército minúsculo que tomasse uma praça abandonada. (SODRÉ, 1939, p. 322)

Nos anos posteriores à Proclamação da República em 1889, durante os governos militares de Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, houve um grande esforço de manutenção da ordem social e utilização de punho de ferro para evitar tentativas de contragolpe ao novo modelo político vigente (CARDOSO, 2006; SODRÉ, 1962).

A Constituição Republicana de 1891, mostrou que seus formuladores tinham interesses de classes bem demarcados, e a futuras políticas econômicas dos governos militares revelaram que os reais comandantes do poder não eram necessariamente os que apareciam como tal (CARDOSO, 2006). O federalismo foi posto como prioridade, os estados tiveram autonomia para realizar empréstimos externos e capacidade de emissão monetária pelos bancos regionais, o pacto oligárquico¹² concedeu o poder político para o Oeste Paulista, que teve autonomia para conduzir os rumos político-econômicos do estado de São Paulo (CARDOSO, 2006).

5. CONCLUSÃO

Assim, constata-se que, as mudanças nas dinâmicas econômica e sociais, geradas por elementos externos e internos, foram essenciais para desestabilizar as bases do regime monárquico no Brasil. A diminuição do poder econômico da elite agrária, principal apoiadora de D. Pedro II no Parlamento, ao mesmo tempo em que o Oeste Paulista ascendia como hegemonia financeira sem influência política, transformou a ordem imperial em um modelo arcaico e que não mais atendia as necessidades da classe econômica dominante.

Nesse contexto, além dos conflitos existentes entre as elites econômicas, outros grupos sociais também estavam insatisfeitos com as políticas correntes, como os militares e a classe média urbana nascente, sendo isso fundamental para a o avanço dos discursos dos republicanos paulistas, que desejavam protagonizar a esfera política governamental. Vendo isso, pode-se afirmar que o esforço da oligarquia paulista de apoiar as revoltas militares que, posteriormente, culminaram na

¹² O Pacto Oligárquico, também chamado de Política dos Governadores, foi um acordo entre Campos Salles e as oligarquias estaduais, que consistia em uma troca de favores: o presidente se comprometia em conceder autonomia administrativa aos estados e retaguarda militar para a contenção de revoltas para os governadores e esses retornavam com o apoio necessário para a esfera federal (DA COSTA, 1998)

transição do Império para a República, teve por trás um interesse maior relacionado à apropriação da coisa pública por parte da classe oligárquica ascendente, que, devido a fundamentos endógenos e exógenos, passou a ter força econômica superior às outras.

Todas essas questões culminaram para que, no dia 15 de novembro de 1889, através de um golpe militar sem participação popular, fosse decretado o fim da Monarquia e a ascensão da República, que, naquele momento, nada mais era, do que a representação da união da hegemonia financeira do Oeste Paulista, já concretizada nas décadas anteriores, com a recém conquistada hegemonia política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANO, Wilson. Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil. Editora Unicamp, 2002.

CARDOSO, Fernando H. Dos Governos Militares a Prudente–Campos Sales. In: FAUSTO, Boris. **Historia geral da Civilização Brasileira**, 1977.

DA COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, ed 6, 1998.

_____. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Unesp, 1966.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. O Primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870. São Paulo: Usp, 1970. Disponível em <<http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/129541/126056>>

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Tatuapé: Brasiliense, 1945.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1962.

_____. **Panorama do Segundo Império**. Rio de Janeiro: Nacional, 1939.